

## Considerações Finais

Primeiramente, acredita-se haver sido esclarecido que Fílon não pode ser devidamente tomado como mero compilador – criativo ou não – do pensamento helenístico alexandrino, nem mesmo um mero “intruso” na filosofia, e isto sem desprezarmos o valor histórico inestimável de seus escritos, não apenas para a filosofia como também para a teologia cristã posterior. Em face disto, justifica-se o relativo “isolamento” de sua doutrina preliminarmente à sua confrontação com a tradição, posto que tal aproximação não se mostra eficiente sem que antes tentemos adquirir uma idéia de conjunto na própria obra de que nos ocupamos, por mais genérica que seja esta idéia. Afinal, não estamos lidando com um compilador, mas com um pensador, de cujo suposto “ecletismo” pretendemos investigar a natureza, ou mesmo a propriedade de tal qualificação. Neste sentido, descobrimos Fílon quase como uma espécie de profeta messiânico, muito embora nem tanto em termos dos antigos pregadores bíblicos em vista do recurso à retórica grega, tal como exigia o mundo em que vivia.

Uma vez reconhecido isto, encontramos no método alegórico, cujo paralelismo com as parábolas da escatologia bíblica não deve ser desprezado, o instrumento mais relevante empregado por Fílon em sua empresa, dominante e fundamental em suas mais importantes obras. Através dele, antes mesmo de se buscar uma racionalidade para o “estranho” conteúdo bíblico, tenta-se expor aos olhos de um novo mundo, séculos após, uma sabedoria esquecida, geoculturalmente restrita, mas universal e atemporal em sua mensagem espiritual, ao menos no entender dos exegetas judeus de seu tempo, dentre os quais Fílon deve ser incluído. Enquanto os símbolos, quando verdadeiramente inspirados, são eternos, as palavras, escravizadas por técnicas retóricas, não cruzam fronteiras, não perduram. Elas apenas buscam atender à avidez de conhecimento de um público sempre mutante e cada vez mais exigente, na medida em que sua cultura se sofisticava – sem quisermos aqui estabelecer nenhum trocadilho com a “sofística”, o que, todavia, seria bastante apropriado. Não é também dizer apenas que a filosofia grega já havia sido apresentada aos hebreus, mas, especialmente, que tudo aquilo que ela traz de verdadeiro já havia sido misericordiosamente anuncia-

do àquele antigo povo, só que em uma forma arcaica que eles pudessem compreender. No entanto, enquanto divinas, essas verdades, tal como são realmente, não foram de todo encobertas, a fim de que, no futuro, homens com perfeita disposição de alma para a virtude pudessem novamente desvelá-las. Nesse ínterim, o papel da filosofia não é outro que não o de haver desenvolvido ferramentas para esse desvelamento, para o que o contato entre gentios e judeus deve fazer parte do plano divino.

Assim, o que se nos apresenta em Fílon é um ecletismo no que concerne tão somente à terminologia por ele empregada, a terminologia dos mistérios e da ciência, mas sem que isto afete tão profundamente o conteúdo de sua mensagem conforme pretende a maioria de seus críticos. Por sua vez, a grande contribuição filônica é a tentativa de consolidação de uma antiga tendência da tradição filosófica ocidental: a elevação da teologia, de mera seção da metafísica à condição de ponto culminante, ou mesmo transcendente à própria filosofia como um todo, o que é dizer, a valorização de uma razão fundada na piedade em detrimento de uma razão fundada nas ciências empíricas e especulativas, restritas que são às faculdades cognitivas do homem. Fílon traz à filosofia o apelo do incompreensível, chama pelo sentimento (amoroso) que conduz o homem a Deus, sugerindo por meio disto o abandono da intelectualidade que “gruda” o homem ao solo e à sensibilidade (estética) tão logo esta forma inferior, mundana de inteligência cumpra seu papel ao longo do progresso pessoal, cujo fim último não é outro senão a assimilação à divindade. Se a sabedoria é o fim último da filosofia, para Fílon, a sabedoria é a teologia, o conhecimento de Deus.

Eis sua marcante contribuição, sob um ponto de vista geral, o que, no entanto, já não é pouco nem sequer modesto em se tratando de alguém que não se dizia filósofo, mas mero intérprete de um profeta, a quem designava como hierofante, legislador, e mesmo filósofo, quase um deus. A própria forma e a metodologia expositiva também vêm testemunhar isto: o pensamento de Fílon é fragmentado não por desorganização, ainda que suas digressões se mostrem muitas vezes bastante desconfortáveis; é fragmentado pois se deixa reger e desenvolver não segundo uma doutrina, seja ela de qualquer outro pensador, seja a dele próprio, mas sim pela sucessão dos versículos bíblicos que tematiza. Os próprios tratados não respeitam a exposição de um ensinamento linear, mas a narrativa “histórica” de Moisés. Com isso, Fílon também vem romper com a idéia de sistema, a partir do momento em que ele existe, mas está em toda parte e, ao mesmo tempo, em lugar algum. Talvez, até seja um desafio inútil tentar organizar, pôr ordem aos seus paralelismos, muitos dos quais feitos de a-

parentes contradições. Logo, tudo o que nos resta é tentar resolver problemas pontualmente e verificar, em seguida, o que sua obra nos diz ou pode nos dizer.

Nosso ponto de partida é a doutrina do Logos, tema central e controvertido, além de extenso o bastante para que, a partir daí, possamos ter uma visão panorâmica do que se pode chamar “filonismo”.

Em primeiro lugar, investigando a noção de Logos enquanto racionalidade imanente, concluímos que não se trata de uma propriedade necessária das substâncias criadas, como o era no estoicismo. Ao contrário, é como que uma lei ordenadora imposta de fora por Deus, que é extramundano, o que é dizer que é impróprio e até mesmo ímpio identificar Deus, Seu Logos e o mundo criado. Por isso mesmo é criado previamente um intermediário que carregue em si os fundamentos necessários à existência e progressão do mundo sensível em que vivemos. Tal intermediário, que é o Logos, em sua totalidade, coincide com o mundo inteligível, que encerra não apenas Idéias genéricas, mas todas as imagens e todas as oposições cuja tensão regula. O Logos, enquanto Razão divina, tanto em seu estágio de imanência quando no de mundo ideal sempiterno e imutável, aparece na acepção de totalidade/lugar das *medidas, proporções, parâmetros*, sendo naturalmente cindido. Se ele é responsável pela ligação das partes do mundo, o é sob os desígnios de Deus. O Logos é, pois, um mero “instrumento nas mãos do demiurgo”, e não ele mesmo, o que permite a Deus utilizar-Se dessa “ferramenta” conforme Lhe apraz, não estando jamais submetido às Suas próprias leis. Pelo contrário, Deus é capaz de rompê-las ou suspendê-las segundo Sua Vontade autônoma. Desse modo, esse Logos é a ação de Deus no mundo sensível; enquanto mundo inteligível, o fundamento dessa ação – a razão é diretriz, e não autônoma; ela, no homem, ainda assim é livre para buscar a verdade ou afastar-se dela, e não determinada inflexivelmente pela necessidade, por um destino inexorável e preestabelecido.

Ou seja, o mundo tal como se apresenta não é necessário, mas tende a perfeição, e isto porque nada mais é do que a sombra decaída de um mundo originário perfeito, criado à imagem de Deus. E é segundo esse parâmetro, esse paradigma, que é concedida ao homem, por Deus, a faculdade para agir livremente e aperfeiçoar a si e ao próprio mundo, faculdade esta que ele pode usar (racionalmente) para o bem ou (irracionalmente) para o mal. No entanto, não há aqui uma teleologia. Não é certo que o mundo tornará à perfeição; esta é uma busca do homem, uma promessa de Deus, como a da chegada do Messias, para o que é fundamental o progresso humano

em direção a seu criador. Daí, a própria imortalidade da alma resta também como promessa, pois aquele que se deixa dominar inteiramente pela parte irracional de sua alma, uma vez que esta é mortal, não deverá ascender e ser salvo. A promessa, em Fílon, é, pois, condicional. Enfim, não há teleologia que garanta o retorno a Deus, mas apenas um modelo que o homem, livremente, pode seguir ou não.

A racionalidade que o homem recebera como um dom divino, que é incorporada pelo *λόγος*, a inteligência pura, não pode nem deve ser confundida ou assimilada, como faziam os estóicos, à inteligência ordinária, misturada a dados sensíveis, designada por Fílon como *νοῦς*. Tal distinção é de suma importância para a compreensão não só da epistemologia como também da psicologia filoniana. A partir daí, descobrimos no Logos filoniano que esta racionalidade implantada na alma humana é, na verdade, a própria Palavra divina, que é a Lei que instrui, a Lei divina que rege a natureza e fora revelada a Moisés. Logo, o simples uso da inteligência apenas pode conduzir à razão correta, a partir da qual, e somente a partir da qual se pode obter o conhecimento da verdade, que não vem da investigação do mundo plural, e sim da contemplação da unidade divina, cuja transcendência absoluta somente pode ser intuída graças ao Logos, a imagem monádica de Deus, permanecendo ainda oculta Sua essência.

Aqui, portanto, retorna o pressuposto da filosofia como sendo propedêutica à sabedoria, que só pode ser encontrada na teologia conforme ensinada por Moisés, com o acréscimo de que não se trata de um conhecimento indutivo, mas, ao contrário, de uma revelação concedida voluntariamente por Deus àquele que atingira a virtude. Consiste isto em mais uma inovação de Fílon: a epistemologia aparece fundada na ética, e não o inverso (não é o sábio a atingir o bem, mas o bom a atingir a sabedoria). Não se atinge a virtude pela ciência ou pelo ensino das escolas, mas pela fé; a piedade surge como a mais elevada sabedoria, a mãe das virtudes, e é dela que emana toda a possibilidade de conhecimento verdadeiro acerca das coisas divinas e humanas. Por sua vez, essa ética, bem como a psicologia, pode ser apreendida não diretamente da física à moda estóica, mas do que diz a revelação a respeito da cosmologia, a qual, reproduzindo de maneira mais pura o modelo divino, carrega os primeiros princípios da verdadeira teologia. Ainda assim, mesmo tão privilegiado acesso ao conteúdo íntimo da revelação (inspiração) é ainda um dom divino, uma recompensa em reconhecimento da alma que já persegue a virtude de algum modo. Portanto, a noção filoniana de Providência divina é absolutamente distinta daquela dos estóicos.

Isto, associado à teoria filoniana do milagre, que preserva o caráter de livre agente do onipotente Deus bíblico, vem romper profundamente com o deísmo que caracterizava todas as doutrinas criacionistas elaboradas pelos filósofos gregos. Fílon, ao privar as potências imanentes de qualquer autonomia, reduzindo-as a simples instrumentos e manifestações atuais de Deus, inaugura na filosofia ocidental a perspectiva teísta que dominará a cena teológica dali em diante. Deus não cria as leis e Se retira, como em Platão, nem tampouco as determina inexoravelmente, tornando-Se presente nas coisas enquanto racionalidade imanente, como no estoicismo. Pelo contrário, mesmo após criar o mundo que passa a se mover por si, continua a julgar, a distribuir recompensas e castigos, diretamente ou por intermédio dos *logoi*, e fazem parte desta atuação perene o milagre, a epifania, a graça, a providência pessoal, a eleição e até mesmo a suspensão ou alteração de leis ordinárias e a revelação de leis ocultas aos Seus escolhidos. Deus jamais deixa de estar de algum modo presente no mundo através de Sua Bondade e de Sua Justiça, velando e motivando o progresso de Suas criaturas. Com isso, Fílon ainda nega a previsibilidade do mundo, substituindo-a aí, como já dissemos, pela possibilidade do espanto sempre renovável diante da grandeza da obra de arte que é o cosmos, pela certeza de estarmos cercados e mesmo imersos em um mistério insondável senão pelo próprio Deus.

Como se pode notar, muito do que é refutado do estoicismo também vale, em diferenciadas proporções, no que concerne ao platonismo, sobretudo no que diz respeito à epistemologia, ao papel de Deus em Sua relação com o mundo, à natureza da virtude e sobre como atingi-la, e o destino da alma humana, além do fato de as Idéias passarem a ser tratadas como absolutamente dependentes do intelecto divino para sua existência, o que é de suma importância. De qualquer modo, ainda que pontualmente, a essência do pensamento de Platão deixa marcas profundas na obra de Fílon, muito embora isto se restrinja, em grande parte, ao que nele há de comum com o pitagorismo.

Com efeito, o traço mais evidente do platonismo consiste na perspectiva dualista, mas a controvérsia acerca da medida em que Fílon a introduz artificialmente no texto bíblico tende a encobrir o fato de que, em Fílon, não se trata de um dualismo real, mas apenas uma explicação para as dicotomias existentes no mundo fenomênico. Cada dualidade, quando tratada por Fílon a nível do inteligível, é exibida como composta de pares indissociáveis, inalienável e necessariamente complementares, sejam relativos a Idéias como “dia” e “noite”, sejam relativos a potências divinas como

a “bondade” que premia e a “justiça” que pune. O dualismo que encontramos em Fílon está mais próximo daquele metafísico entre coisa em si e fenômeno do que daquele outro moral entre bem e mal. Como em Platão, o mal pertence ao fenômeno pois este engana a razão, mas a materialidade não é desprezada, pelo que nosso autor postula também uma ética prática, voltada para a cotidianidade, e não o puro ascetismo, que tende ao descuido da sensibilidade, que também é obra divina. O sensível não é para ser negligenciado, mas sim, submetido à razão diretriz, o que é bastante distinto. Afinal, enquanto vivemos neste mundo, é através dele que damos início à nossa ascensão, à nossa educação, como teria feito Abraão. É através da vida corpórea que se parte para a vida espiritual; temos um corpo, e devemos atender a suas necessidades. O mundo também é um intermediário entre Deus e o homem, embora não enquanto divindade, mas sim enquanto meio de se adquirir o conhecimento acerca da existência do Criador e sua unidade.

Como contribuição a esta doutrina, ganha maior relevância o método alegórico, por meio do qual Fílon trata os personagens bíblicos enquanto modelos de virtudes e vícios, não tanto para personificá-los quanto para ensinar que ao homem é dado tornar-se imortal por suas boas qualidades, e que isto é possível mesmo àqueles que vivem profanamente, que estudam como Abraão, que lutam como Jacó, e não somente àqueles que já nasceram, como Isaque, abençoados, cobertos pela graça divina. Cada forma de vida correta segundo a Lei divina tem seu modelo ideal, o que quer dizer que cada vida virtuosa tende à imortalidade. Cada qual já constitui o Logos na medida em que as leis se baseiam nesses modelos de que ele é o todo. O Logos, portanto, é como a Torah, a Lei judaica/universal, fundamento sobre o qual o próprio mundo foi criado; assim, cada um dos *logoi* é visto como uma lei especial.

Na verdade, é importante repetir e destacar que o mundo inteligível de Fílon – havendo sido talvez ele mesmo a cunhar a expressão – é de fato um mundo constituído, habitado, e não um “lugar das Idéias” exterior ao mundo, tal como em Platão. Além de tudo o que foi dito a respeito do Logos filoniano, é ele também a morada das almas imortais, de uma infinidade de seres espirituais, o lugar onde não apenas existem realmente as idéias de Deus mas também as virtudes e as potências hipostasiadas enquanto anjos, ou *logoi*.

Logo de início, notamos o quanto é incongruente em relação à doutrina filoniana o dogma cristão do Logos encarnado. Embora tenha em Fílon sua base conceitual e terminológica, não só vimos o quão impróprio é considerarmos literalmente o

Logos filoniano como um intermediário hipostasiável ele-mesmo no mundo sensível como também chegamos à conclusão de que as porções ou espécies desse Logos, os *logoi*, no estágio de imanência, estão disseminadas por toda parte, não consistindo sua “possessão” ou “residência” em privilégio de um ou outro vivente. O que encontramos em Fílon, sim, é que o Logos imanente, responsável pela própria existência do mundo, sua vida e seu movimento, estando parcialmente presente na alma humana como um dom divino, como uma semelhança a Deus, permite a aquisição de sabedoria, a ascensão e a imortalidade, garantidas tão-somente à parte racional da alma do bom. Nesse caso, a filiação divina, ou seja, a assimilação ao Logos, somente se dá por meio da virtude e *após* o desligamento do corpo. Mesmo Moisés, propriamente dizendo, somente se torna Logos após deixar este mundo sensível e habitar a Presença divina, muito embora já fosse, antes disso, intermediário entre Deus e os homens no sentido de haver sido através dele que a Lei foi entregue.

Tornar-se profeta, Logos, é um retorno a Deus, uma metamorfose que se dá no espírito ao nascer pela segunda vez, agora de pais espirituais (Deus e Sophia), sem um corpo, já no inteligível, e não a efetiva encarnação daquele mesmo Logos único por meio do qual o mundo viera a ser. Tal afirmação é ímpia; uma blasfêmia, pois diviniza o homem terrestre. Somos viventes em um mundo decaído, do qual devemos nos elevar rumo às alturas. O divino Logos jamais decairia; decaídas são suas porções em nós imanentes (virtudes), obrigadas a lutar em nossas almas contra seus opostos, que são os apelos dos sentidos (vícios) ao que há em nós de passivo. O que poderíamos dizer de Jesus é que ele pode ter de fato *se tornado* (como) o Logos, mas não já nascido nesta condição – ao menos, não coerentemente à doutrina de Fílon.

Segundo Fílon, mesmo aqueles seres que se apresentam na Bíblia sob os nomes Deus e Iavé não passam de Potências, sendo inadequadamente tomadas pelo próprio Deus em pessoa, em cuja presença apenas o Logos é digno o bastante para estar. Essas Potências, Deus e Iavé, ou Senhor, são, na verdade, respectivamente, aquela por meio da qual o verdadeiro Deus cria e misericordiosamente provê (Elohim), e aquela outra por meio da qual Ele legisla e, com justiça, governa (Iavé). De qualquer modo, tomar estas potências pelo próprio Deus já denota avançado estágio na escala da virtude, em muito superior àqueles em que Deus é erroneamente identificado com astros, homens, anjos, forças da natureza etc. O mais alto nível é o daquele que reconhece a unicidade do Senhor Deus, a Justiça e a Bondade atuando conjunta e simultaneamente – é o Logos em sua unidade, a pura e indistinta imagem

de Deus, a mais elevada intuição possível ao homem, posto que sua alma é incapaz de apreender Deus diretamente. Não há mais oposições; todas são unificadas, inclusive o masculino e o feminino, pelo que Logos e Sophia se mostram como uma única manifestação de Deus sob diferentes aspectos agora indistintos. Nesse estágio, o Logos, que é a Palavra divina, se revela em sua verdade.

Segundo o que podemos concluir daquilo que nos diz Fílon, a revelação é possível uma vez que a palavra divina encontra na alma racional do homem um seu semelhante – ambas são Logos –, um decodificador adequado, por assim dizer. Por isso, não só é dito ser o homem dotado de um logos feito à imagem de Deus como também que este é um intérprete da linguagem divina. No entanto, a fala de Deus é na verdade muda, é uma idéia que chega à mente do homem inspirado e, ali, é duplicada, adquirindo um corpo, tornando-se sensível, obscurecida, e mortal a partir do momento em que é representada por signos, verbais ou gráficos, sem falar no efeito físico e limitado produzido pelos sons. Em outro sentido, a duplicação se dá porque a linguagem humana interpreta as idéias que lhe chegam ao logos inspirado, que já se configura como um intérprete do Logos divino. Portanto, temos uma duplicação na imitação da idéia pela representação lingüística, e outra na interpretação de segunda ordem, que se dá já no domínio da linguagem constituída.

Nesse caso, a tarefa mais importante do logos humano não se restringe à recepção da palavra revelada, mas também consiste em interpretá-la em seu espírito, redescobrimo nela a idéia correspondente, idéia esta inefável. Posto que silenciosa, não pode ser ensinada em si mesma sob pena de obscurecimento, embora deva sê-lo, pois a Lei é ainda instrução – por isso nos foi dada a conhecer –, e é ainda a instrução o único modo possível de se chegar aos imperfeitos e fazê-los conhecerem a si mesmos e a Deus à medida que progredem moralmente. Tudo isto torna a revelação uma experiência íntima e intransferível em sua totalidade, uma propriedade daquele que atingiu a sabedoria, que é pura virtude, pura inteligência, para o que o ensino se mostra fundamental, donde o papel atribuído por Fílon à filosofia tradicional. Assim, o método alegórico busca resgatar o máximo possível desse conteúdo divino, dessa verdade oculta, mas Fílon reconhece serem seus resultados incertos, ainda passíveis de imprecisão, pelo que supomos ser a própria Lei divina algo de indecível senão à compreensão da alma perfeita. Esta alma é também silenciosa, pois ela consiste justamente naquilo que há de semelhante a Deus. Suas palavras, como as de Deus, são



também mudas, são idéias, pensamentos puros; a própria alma é uma Idéia, um Logos, uma e semelhante a si mesma.

Retornando à questão da duplicação da idéia em representações, sugerimos ser ela análoga àquela da coisa em si em fenômenos. O dito Verbo divino não é uma voz, mas uma ação que nada difere dos pensamentos de Deus, e isto confere ao Logos a propriedade intrínseca de, uma vez proferido, tornar-se manifesto. Pensar a matéria é fazer matéria. Pensar o mundo, fazer o mundo. Pensar a lei é já legislar. Deus pensa eternamente e, por isso, cria eternamente.

O interesse dessa constatação se deve ao fato de tal teoria não ser explícita em Fílon, que apenas alude a ela. Os mestres judeus, por sua vez, chegaram, sim, a considerar a Torah como uma espécie de fórmula mágica, cuja pronúncia adequada seria capaz de trazer mundos à existência. Carregando em sua essência as propriedades das coisas, a linguagem divina encerra todas as potências necessárias para que o mundo idealizado por Deus adquira existência real. Tal perspectiva, segundo cremos, dissolve inúmeros problemas não só da doutrina filoniana, mas também da metafísica como um todo no que concerne à natureza do mundo em que vivemos.

Em que sentido? No sentido de que, em Fílon, a doutrina do Logos intermediário cumpre mais compromissos do que aqueles que se propusera resolver, a partir do momento em que não estamos mais diante de uma simples ponte artificialmente construída entre o eterno e o transitório, e sim de algo que já traz em si o poder de se manifestar, de “saltar o abismo” por si mesmo. A Criação deixa de ser uma construção, no rigor do termo, para se tornar uma aparição. Cai por terra o dualismo rígido entre Ser e Não-Ser, restando apenas a Idéia eterna com potencial para se mostrar enquanto fenômeno. Quando Fílon diz que para cada coisa há uma Idéia, diz também que cada coisa já mostra a Idéia a que corresponde, ainda que de maneira turva e confusa. Cessando o Logos divino, o próprio mundo desapareceria, e por esta razão diz Fílon que Deus não cessa o trabalho do mundo, mas tão-somente põe fim a Sua obra, ou seja, estabelece seus limites. Caso contrário, o próprio mundo tenderia a se tornar como Ele, pois o pensamento de Deus e, portanto, também Sua ação não têm limites.

Por fim, faz-se notar que a associação entre *Logos* e *Davar* se mostra pertinente e bastante própria, sobretudo pela sinergia entre Racionalidade e Linguagem expressa pelo primeiro termo ao ser relacionada por Fílon à sinergia entre Palavras e Coisas expressa pelo segundo. O Logos-Palavra que identificamos em nosso autor assimila

com bastante concisão o Logos-Pensamento que concebe, o Logos-Razão que regula e o Logos-Instrumento que produz, e acreditamos ser por meio desta abordagem que abrimos as portas para contemplarmos a originalidade, a precisão, a relevância e, acima de tudo, a tão contestada unidade da doutrina filoniana.